

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	8
5.4 - Alterações significativas	9
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	10

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	11
10.2 - Resultado operacional e financeiro	20
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	23
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	24
10.5 - Políticas contábeis críticas	27
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	28
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	29
10.8 - Plano de Negócios	30
10.9 - Outros fatores com influência relevante	33

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 – Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Afluentes T é controlada pelo Grupo Neoenergia, que possui, em fase de implantação, um projeto de estruturação de uma área centralizada de gestão de riscos, a qual prevê a elaboração e aprovação de uma política corporativa de gestão de riscos e seus desdobramentos, o que inclui a elaboração de mapas de riscos estratégicos das empresas do Grupo, a utilização de indicadores de risco, o acompanhamento das estratégias de mitigação e seus respectivos planos de ação.

Como parte deste projeto, foi aprovado em 18 de Dezembro de 2015, o Regimento Interno da Comissão de Riscos, criada pela Diretoria Executiva, e que será o principal órgão da estrutura de gestão de risco do Grupo Neoenergia. A Comissão é responsável por reportar periodicamente para a Diretoria Executiva os principais riscos do Grupo, bem como seu monitoramento, estratégias de mitigação, indicadores de acompanhamento e planos de ação.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

No que tange os riscos ambientais da fase de operação, a empresa busca implantar medidas de controle e mitigação relacionados ao gerenciamento dos resíduos sólidos, inspeções para monitoramento de processos erosivos e o Plano de Atendimento à Emergência, em fase revisão.

Também está em fase de implantação um canal de comunicação via telefonia a ser divulgado nos municípios onde a empresa possui ativos. Esse canal de comunicação irá disponibilizar às comunidades vizinhas maior celeridade no atendimento de dúvidas em relação aos empreendimentos, assim como o registro de ocorrências de emergência que possam vir a acontecer.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

A AFLUENTE T conta com uma Diretoria de Meio Ambiente composta de uma Superintendência e uma Gerência de Meio Ambiente e equipe técnica que realiza a gestão ambiental dos ativos da AFLUENTE T.

A AFLUENTE T está se estruturando e implantando um Sistema de Gestão Ambiental e ainda um sistema que irá integrar as normas e legislações aplicáveis aos ativos da empresa. A empresa planeja para os próximos anos a implantação de certificações ISO 14.001.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Atualmente, as iniciativas de gestão de riscos no Grupo Neoenergia são realizadas pelas áreas responsáveis por cada um dos riscos. Conforme informado na letra a deste Item 5.1, o projeto de estruturação de uma área centralizada de gestão de riscos encontra-se em fase de implantação, o que permitirá uma gestão de riscos de forma integrada.

Adicionalmente, a atual estrutura organizacional do Grupo, através dos Comitês de Auditoria e Financeiro, da Comissão de Risco e das estruturas de Auditoria Interna, de *Compliance* e de Controles Internos da *holding* e empresas controladas, garante o monitoramento sistemático do cumprimento das políticas e estratégias estabelecidas.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Dentre as principais iniciativas adotadas pelo Grupo Neoenergia em sua estrutura operacional e de controles internos, estão:

1. Ambiente Interno: A política de Governança Corporativa adotada pelo Grupo Neoenergia tem como pilares: a ética, a transparência e a equidade. Baseia-se nas diretrizes do Acordo de Acionistas da Companhia, firmado desde 2005, que estabeleceu a constituição de comitês responsáveis por áreas estratégicas, que atuam como fóruns de discussão para subsidiar as decisões do Conselho de Administração.

A estrutura de governança tem como principal característica o modelo de gestão matricial, com a presença de Diretores Executivos nas diretorias das empresas controladas e Diretor Presidente da Neoenergia nos Conselhos de Administração das empresas controladas. A estruturação desse modelo permitiu o alinhamento das estratégias, a unificação dos processos e a obtenção de ganhos de escala.

Neste modelo, o Conselho de Administração define as estratégias que serão implementadas pela holding e terão nas suas controladas a representatividade regional e a operacionalização destas estratégias. As competências da estrutura de gestão estão detalhadas no item 12.2 e seu organograma no item 12.12.

2. Controle: São estabelecidas políticas, normas e procedimentos operacionais que definem as regras de controle vigentes para o Grupo Neoenergia. O cumprimento destes normativos é monitorado pela auditoria interna, controles internos e segurança da informação. Adicionalmente, a área de controles internos também é responsável pelo controle dos riscos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, em linha com a Lei Sarbanes-Oxley.

3. Informações e Comunicação: os processos críticos do Grupo Neoenergia são acompanhados através de sistemas de informação/gestão que garantem o fluxo da informação:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- SAP R3 – Sistema Administrativo Financeiro
- SAP CCS – Sistema Comercial
- GSE – Sistema de mapeamento de Rede
- TEDESCO – Sistema Jurídico
- GESPLAN – Sistema de Controle da Dívida
- GPO – Sistema de Gestão de Objetivos
- SGN – Sistema de Gestão de Normativos
- SINCE – Sistema Comercial da NC Energia

4. Acompanhamento e Avaliação / Monitoramento: as áreas de Auditoria Interna, de Controles Internos e de Segurança da Informação desempenham papel relevante no monitoramento sistemático do cumprimento das políticas e estratégias estabelecidas.

A auditoria interna é responsável por:

- Avaliar a integridade e a confiabilidade das informações e registros de natureza administrativa, financeira, contábil e operacional geradas pelos sistemas informatizados ou manuais, e a integridade dos ativos físicos das empresas;
- Verificar o cumprimento das políticas, normas, procedimentos, leis e regulamentos aplicáveis às empresas do Grupo, tendo como fundamento a observância aos princípios éticos;
- Validar a implantação das recomendações derivadas dos trabalhos de auditoria interna e externa, mantendo o Comitê de Auditoria da Neoenergia e os Conselhos Fiscais informados;
- Avaliar o atendimento pelas empresas do Grupo, às recomendações de melhorias nos procedimentos de controle interno emitidos pela da auditoria externa, mantendo o Comitê de Auditoria da Neoenergia informado;
- Avaliar as Práticas de Boa Governança Corporativa adotadas pelas empresas do Grupo; e
- Avaliar o cumprimento do Código de Ética nas empresas do Grupo.

A área de controles internos é responsável por:

- Mapear os principais processos de negócio que proporcionam impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Controlar e acompanhar os planos de ação para atendimento às recomendações das auditorias (interna e externa) e gaps identificados nos trabalhos de SOX;
- Efetuar a gestão do processo de controle de acesso ao sistema SAP R/3, incluindo:
 - Revisão de matriz de riscos e controles compensatórios;
 - Análise de risco das solicitações de novos acessos e acessos a novas transações, utilizando a ferramenta SAP GRC (*Governance, Risk and Compliance*), que realiza a simulação prévia dos riscos, efetua a associação de perfil ao usuário, através de fluxo de aprovação de executivos, e monitora os acessos considerados de alta criticidade;
 - Revisão periódica dos perfis de acesso para reduzir riscos de utilização de transações críticas e de conflito de segregação de funções.
- Efetuar a gestão do sistema de normativos, garantindo a padronização e atualização das diretrizes, normas e procedimentos do Grupo Neoenergia.

A área de segurança da informação é responsável por:

- Elaborar relatórios de análise de riscos em sistemas/processos;
- Acompanhar planos de ação das auditorias interna e externa relacionados à avaliação geral do ambiente de TI;
- Elaborar/revisar periodicamente os normativos de segurança da informação, visando à proteção das informações nos três pilares: processos, pessoas e tecnologia;
- Manter o programa de conscientização/treinamento em segurança da informação;
- Analisar os incidentes de segurança ou não-conformidades, definindo recomendações para as áreas responsáveis;
- Analisar os requisitos de segurança em projetos, sistemas ou pacotes de software; e
- Atuar como consultoria interna de segurança da informação para todas as empresas do Grupo Neoenergia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 - Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

Conforme mencionado no item 5.1.a, um projeto de estruturação de uma área centralizada de gestão de riscos encontra-se em fase de implantação, que prevê a elaboração e aprovação de uma política corporativa de gestão de riscos e seus desdobramentos, o que inclui a elaboração de mapas de riscos estratégicos das empresas do Grupo, a utilização de indicadores de risco, o acompanhamento das estratégias de mitigação e seus respectivos planos de ação.

Atualmente, a Política Financeira do Grupo Neoenergia, aprovada pelo Conselho de Administração em 10/03/2005, é o normativo responsável pelas diretrizes referentes à gestão dos riscos de mercado e uma Política de Crédito com limites para realização de operações com objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco junto às instituições financeiras.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

O Grupo Neoenergia está exposto ao comportamento de diversos fatores de risco de mercado – principalmente taxas de câmbio, taxas de juros e índices de preços - que podem impactar seu fluxo de caixa e o balanço patrimonial.

A Política Financeira, aplicada a todas suas controladas, possui diretrizes em relação a gestão de riscos financeiros, incluindo riscos de mercado, com destaque para:

- Realizar estratégias de proteção (*Hedge*) para a totalidade das dívidas e financiamentos denominados em moeda estrangeira
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos ou a utilização de derivativos considerados 'exóticos'
- Manter indicadores de alavancagem e de cobertura de juros dentro de níveis pré-estabelecidos
- Buscar o alongamento do prazo médio da dívida, a diversificação de instrumentos e evitar a concentração de vencimentos

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

No caso de risco cambial e de juros inerente às dívidas e empréstimos, a Política Financeira do Grupo determina que se proteja a totalidade da exposição através de *hedge* via instrumentos derivativos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Ressalta-se, no entanto, que Afluente T não possui dívidas em moeda estrangeira no atual momento.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Afluente T não possuía instrumentos de hedge em 31 de dezembro de 2015.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

O gerenciamento de riscos de mercado é feito de acordo com as diretrizes do Grupo Neoenergia, que realiza mensalmente comitês financeiros nos quais são analisadas as características dos ativos e passivos tais como posição por moeda e indexador, nível de cobertura de *hedge*, *duration*, cronograma de amortizações, risco de crédito por contraparte, dentre outras. Adicionalmente, são efetuadas projeções periódicas de fluxo de caixa que visam a uma maior previsibilidade dos pagamentos e recebimentos futuros e consequentemente do correto dimensionamentos dos riscos e exposições.

Dentre os parâmetros utilizados para verificar o enquadramento das estratégias de mitigação adotadas, destacam-se: i) a verificação da execução dos programas de hedge conforme aprovação; ii) a verificação do alinhamento entre os fluxos de caixa do item protegido e do instrumento de hedge, principalmente os montantes e respectivos vencimentos; iii) a atualização periódica das exposições estimadas para evitar risco de *overhedge*.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

O Grupo Neoenergia e a Afluente T não operam instrumentos financeiros para fins que não sejam de proteção (hedge).

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta principalmente pelo Comitê Financeiro e pela Comissão de Risco, além das estruturas de auditoria interna e de controles internos.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Norma de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das empresas do Grupo, entre elas Afluente T, e normalmente envolvem a Diretoria Executiva e/ou o Conselho de Administração, após apreciação do Comitê Financeiro.

A recomendação e a execução das operações financeiras envolvendo derivativos são realizadas por áreas independentes. É responsabilidade da Superintendência de Gestão de Risco e Planejamento Financeiro definir as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo derivativos. É responsabilidade da Superintendência de Gestão de Recursos e M&A a execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

O acompanhamento das estratégias de mitigação de risco de mercado é realizado mensalmente nas reuniões do Comitê Financeiro do Grupo Neoenergia, que avalia se as estratégias foram executadas conforme aprovado e se a aprovação ocorreu conforme previsto nos normativos. Adicionalmente, a Comissão de Riscos avalia a eficiência e cumprimento das estratégias.

O cumprimento destes normativos é monitorado pela auditoria interna e controles internos. A área de controles internos também é responsável pelo controle dos riscos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, onde ocorre a divulgação das estratégias envolvendo derivativos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Superintendência de Controles Internos da Companhia tem a atribuição de auxiliar as áreas de negócio no que tange ao desenho dos controles internos, seguindo as melhores práticas de mercado.

Para tal foi elaborada uma metodologia e regimento de trabalho visando envolvimento das áreas de negócio, padronização e qualidade dos trabalhos desenvolvidos.

Atualmente a empresa está em fase final de implantação das melhores práticas de controles financeiros baseada na lei SOX, além de realizar diversos trabalhos de mapeamento de riscos e controles em seus processos.

Mensalmente as práticas mitigatórias identificadas são acompanhadas pela Superintendência de Controles Internos em conjunto com os demais Superintendentes e Diretores envolvidos, o que assegura a eficácia dos controles e o tratamento das imperfeições identificadas.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Além da estrutura da Superintendência de Controles Internos que atua como segunda linha de defesa para o ambiente de controle, todas as demais áreas de negócio e a Superintendência de Auditoria Interna monitoram e atuam para manter um saudável ambiente de controle.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Mensalmente a Superintendência de Controles Internos reporta o resultado dos trabalhos em reunião de diretoria.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

Não Aplicável. Para o ano de 2015, não foi elaborado relatório.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não Aplicável. Para o ano de 2015, não foi elaborado relatório.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**5.5 - Outras informações relevantes**

Em 10 de Setembro de 2015, a Standard & Poor's – S&P rebaixou os ratings de crédito corporativo atribuídos à Neoenergia, Coelba, Celpe e Cosern para 'BB+' na Escala Global e 'brAA+' na Escala Nacional Brasil com perspectiva negativa para ambos. Este movimento foi reflexo do rebaixamento do Rating soberano do Brasil, devido à condição de setor regulado em que a distribuição de energia elétrica está inserida.

A Itapebi e Termopernambuco também sofreram rebaixamento nos seus Ratings de Emissão que passaram de brAA+ para brAA.

Em 17 de fevereiro de 2016, a agência de rating S&P rebaixou novamente o Rating soberano do Brasil. Devido à condição do setor regulado citada no primeiro parágrafo deste item, os ratings de crédito corporativo da Neoenergia, Coelba, Celpe e Cosern foram rebaixados de 'brAA+' para 'brAA-' na Escala Nacional Brasil com perspectiva negativa.

Nessa data a Itapebi, Termopernambuco e NC Energia sofreram rebaixamento nos seus Ratings de Emissão que passaram de 'brAA' para 'brA+'.

Em 30 de março de 2016, a S&P reafirmou todos os ratings estabelecidos na revisão anterior realizada em 17 de fevereiro desse mesmo ano.

O quadro abaixo apresenta a evolução dos ratings na escala nacional de créditos corporativos atribuídos à Neoenergia e às distribuidoras do Grupo, além das emissões de debêntures das geradoras e da NC Energia.

Rating Corporativo - Escala Nacional	2011	2012	2013	2014	2015		2016
					Até Setembro	A partir de Setembro	
Neoenergia	AAA	AAA	AAA	AAA	AAA	AA+	AA-
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável	Negativa	Negativa	Negativa
COELBA	AAA	AAA	AAA	AAA	AAA	AA+	AA-
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável	Negativa	Negativa	Negativa
CELPE	AAA	AAA	AAA	AAA	AAA	AA+	AA-
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável	Negativa	Negativa	Negativa
COSERN	AAA	AAA	AAA	AAA	AAA	AA+	AA-
Perspectiva	Estável	Estável	Estável	Estável	Negativa	Negativa	Negativa
Itapebi (Rating de Emissão)	AA+	AA+	AA+	AA+	AA+	AA	A+
Termopernambuco (Rating de Emissão)	AA+	AA+	AA+	AA+	AA+	AA	A+
NC Energia (Rating de Emissão)						AA	A+

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Os diretores devem comentar sobre:

As informações contidas neste item 10 foram extraídas das Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia dos exercícios de 2015, 2014 e 2013. A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais do Grupo constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia..

a. comentário sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Afluente T é uma empresa que atua no setor elétrico na área de Transmissão. A geração de caixa da companhia tem sido suficiente para cobrir as despesas operacionais, o pagamento do serviço da dívida.

No ano de 2015 a Companhia apresentou, segundo sua Demonstração de Fluxo de Caixa indireta, uma geração de caixa das atividades operacionais de R\$ 27.702 mil, contra uma geração de R\$ 25.014 mil observada no ano de 2014 e R\$ 23.284 mil de 2013. Percebe-se a um leve aumento da geração de caixa operacional nos últimos dois anos. Ainda segundo as demonstrações, as atividades de investimento consumiram R\$ 6.124 mil em 2015, R\$ 9.844 mil em 2014 e R\$ 4.932 mil em 2013, com variações de redução de 37,7 % de 2014 para 2015 e de aumento de 99,5% de 2013 para 2014. Além dos fluxos de caixa operacionais, para realização das atividades de investimentos foram utilizados recursos de terceiros, tais como as captações de empréstimos. Os montantes de terceiros líquidos incorporados ao caixa foram de R\$ 921 mil em 2014 e nos anos de 2015 e 2013 só houveram amortizações que atingiram R\$ 741 mil e R\$ 526 mil. Foram desembolsados em recursos aos acionistas o montante de R\$ 7.857 mil em 2015, R\$ 15.820 mil em 2014 e R\$ 25.789 mil em 2013. Assim, o resultado líquido das atividades de financiamento fecharam os anos com saídas de caixa de R\$ 8.598 mil em 2015, R\$ 14.899 mil em 2014, R\$ 26.315 mil em 2013. As combinações desses movimentos resultaram em saldos finais de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 42.264 mil em 2015, R\$ 29.284 mil em 2014 e R\$ 29.013 mil em 2013.

A Diretoria entende que a companhia tem condições financeiras para dar continuidade as suas atividades.

b. estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia teve a seguinte evolução nos últimos três anos:

Estrutura de Capital	Exercício Social terminado em					
	2015		2014		2013	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Capital de Terceiros	10.956	12,3%	7.260	8,7%	5.900	7,1%
Capital Próprio	78.418	87,7%	76.650	91,3%	77.503	92,9%

Fonte: DFP

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O capital de terceiros considera o passivo circulante somado ao passivo não circulante e o capital próprio leva em consideração o patrimônio líquido da Companhia.

c. comentário sobre a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

A companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e médio prazos, pois adota uma política conservadora por meio da qual busca manter um montante de dívida, estrutura de amortização e prazo médio compatíveis com sua geração de caixa. Mesmo assim, a Companhia não pode assegurar que eventos adversos não ocorrerão e não prejudicarão a capacidade de pagamentos da Companhia. Entretanto, no último ano o índice de cobertura da dívida líquida foi:

Valores em R\$ mil	Exercício Social terminado em		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Dívida Líquida	-38.465	-25.441	-25.801
EBITDA	11.220	14.373	19.146
Dívida Líquida/EBITDA	-3,43	-1,77	-1,35

d. comentário sobre as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A companhia tem como um dos pontos da sua política financeira priorizar o financiamento dos investimentos junto a organismos multilaterais e agências de fomento, a exemplo do BNDES, BNB, FINEP etc. Além dessas fontes, a Companhia tradicionalmente acessa o mercado de capitais doméstico para complementar suas fontes de financiamento, quando este apresenta condições favoráveis. Também faz parte da estratégia acompanhar e ajustar os compromissos financeiros a geração de caixa, evitando dessa forma captações de curto prazo.

e. comentário sobre as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não faz parte da estratégia da companhia acessar fontes de financiamento de capital de giro. Eventualmente pequenas operações podem ser realizadas apenas com o objetivo de empréstimo ponte e casamento de fluxo de caixa.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

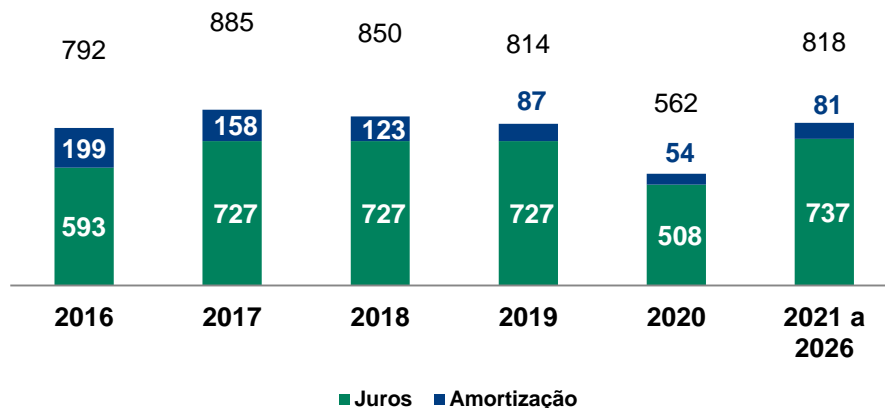
O percentual de endividamento, considerando o total do passivo circulante em relação ao total do passivo não circulante é demonstrado na tabela a seguir:

As informações de dívida e índice de endividamento a seguir dizem respeito apenas ao passivo oneroso, diferente do apresentado na tabela acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Valores em R\$ mil	Exercício Social terminado em		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Dívida Líquida	-38.465	-25.441	-25.801
Dívida Líquida/EBITDA	-3,43	-1,77	-1,35

Faz parte da política financeira da Afluente T buscar constantemente alongamento de prazo e redução de custos da sua dívida. A seguir gráfico de esgotamento de amortizações e encargos da dívida onerosa de Afluente T:

**i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes;**

A tabela abaixo apresenta o contrato de financiamento da companhia:

Fonte	Moeda	Assinatura	Finalidade	Juros	Vencimento	Saldo da Dívida (R\$ mil)		
						2013	2014	2015
Banco do Brasil - Repasse	R\$	30/06/2010	Aquisição de Subestação	4,5% ao ano	2020	3.471	4.563	

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A companhia mantém contratos de prestação de serviços bancários com diversas instituições financeiras, assim como contratos de escrituração de ações e contratos de conta corrente e transferências bancárias.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Segue abaixo tabela com a classificação do passivo da Companhia de acordo com o tipo de garantia:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Credor	Denominação	Saldo devedor em (R\$ mil)			Classificação
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	
Banco do Brasil - Repasse	FINAME		4.563	3.471	Garantia Quirografária
Outros Passivos*	-		2.697	2.428	Garantia Quirografária

* O campo outros passivos considera o passivo total expurgado
ivo oneroso

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Empresa	Dívida	Covenant	Pagamento de dividendos	Restrição à alienação de ativo	Restrição a contratação de novas dívidas e emissões de valores mobiliários	Alienação de controle societário	Vigência
Afluente T	BB 40/01018-x	Não há	Não há	Hipótese de vencimento antecipado caso o bem financiado seja alienado ou cedido sem prévia anuência do BNDES.	Não há	Hipótese de vencimento antecipado caso haja transferência do controle acionário para a empresa não pertence ao Grupo Neoenergia	De 30/06/2010 a 15/07/2020
	BB 40/00971-8	Não há	Não há	Não alienar os ativos financeiros sem prévia autorização do Financiador	Não há	Restrição à transferência do controle do capital sem prévia concordância do Financiador	De 06/08/2014 a 15/08/2024

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Todos os financiamentos foram integralmente utilizados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras constantes dos balanços patrimoniais e das demonstrações de resultado referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 foram extraídas das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Estas demonstrações financeiras foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇO PATRIMONIAL - (em milhares de R\$)									
ATIVO	2015	AH%	AV%	2014	AH%	AV%	2013	AH%	AV%
CIRCULANTE									
Caixa e equivalentes de caixa	42.264	44%	47%	29.284	1%	35%	29.013	-22%	35%
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	4.186	-8%	5%	4.554	26%	5%	3.610	-21%	4%
Títulos e valores mobiliários	-	0%	0%	-	-100%	0%	26	30%	0%
Impostos e contribuições a recuperar	126	-64%	0%	349	-71%	0%	1.194	8%	1%
Estoques	-	-100%	0%	214	0%	0%	214	0%	0%
Despesas pagas antecipadamente	88	-47%	0%	165	-46%	0%	303	63%	0%
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	27.340	1%	31%	26.955	7%	32%	25.278	-14%	30%
TOTAL DO CIRCULANTE	74.004	20%	63%	61.621	3%	73%	59.638	-22%	72%
NÃO CIRCULANTE									
Títulos e valores mobiliários	237	-67%	0%	720	208%	1%	234	-90%	0%
Impostos e contribuições a recuperar	282	907%	0%	28	-7%	0%	30	-9%	0%
Depósitos judiciais	120	25%	0%	96	465%	0%	17	183%	0%
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	14.630	-32%	16%	21.444	-8%	26%	23.303	67%	28%
Investimentos	101	0%	0%	101	0%	0%	101	0%	0%
Outros investimentos	101	0%	0%	101	0%	0%	101	0%	0%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	16.370	-31%	17%	22.389	-6%	27%	23.765	45%	28%
TOTAL DO ATIVO	89.374	7%	100%	83.910	1%	100%	83.403	-11%	100%
PASSIVO									
CIRCULANTE									
Fornecedores	2.011	141%	2%	833	-36%	1%	1.294	-60%	2%
Empréstimos e financiamentos	610	12%	1%	543	2%	1%	533	0%	1%
Taxas regulamentares	154	-31%	0%	222	10%	0%	202	122%	0%
Impostos e contribuições a recolher	1.062	-7%	1%	1.148	73%	1%	665	-18%	1%
Dividendos e juros sobre capital próprio	3.072	4626%	3%	65	27%	0%	51	-99%	0%
Outros passivos circulantes	156	-39%	0%	255	259%	0%	71	-94%	0%
TOTAL DO CIRCULANTE	7.065	-130%	8%	3.066	9%	4%	2.816	-72%	3%
NÃO CIRCULANTE									
Empréstimos e financiamentos	3.426	-15%	4%	4.020	37%	5%	2.939	-15%	4%
Taxas regulamentares	380	313%	0%	92	28%	0%	72	31%	0%
Provisões	37	19%	0%	31	0%	0%	-	0%	0%
Outros passivos não circulantes	48	-8%	0%	51	-30%	0%	73	152%	0%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	3.891	-7%	4%	4.194	36%	5%	3.084	-13%	4%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Capital social	63.085	0%	71%	63.085	0%	75%	63.085	0%	76%
Reservas de lucro	6.332	11%	7%	5.700	15%	7%	4.951	24%	6%
Proposta de distribuição de dividendos adicional	9.001	14%	10%	7.665	-17%	9%	8.467	-25%	11%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	78.418	2%	88%	76.450	-1%	91%	76.503	-3%	93%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	89.374	7%	100%	83.910	1%	100%	83.403	-11%	100%

Análise dos principais ativos e passivos:**Ativo**

Segue abaixo análise das variações das principais contas do ativo.

Caixa e equivalentes de caixa

A Afluente T é uma empresa com fluxo de caixa superávit, onde temos uma receita média superior a duas vezes o seu desembolso operacional somado ao serviço da dívida (amortização e juros), tornando-se dessa forma uma empresa acumuladora de caixa. Outra observação é o baixo nível de investimento em 2015 somados ao rendimento mensal de aplicação financeira.

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos restritos (participação somente das empresas do grupo).

Títulos e valores mobiliários

Em 2012 o saldo de TVM na carteira do Fundo BB Polo 28 era de R\$ 94 MM, sendo R\$ 68 MM em CDBs e R\$ 26 MM em Debêntures. Já em 2013 este saldo foi reduzido para 23 MM, sendo sua totalidade em Debêntures. Estas mudanças ocorreram para o enquadramento do Grupo Neoenergia em sua política de aplicação.

As debêntures com vencimento superior a 2014 entram como LP e as dentro do ano vigente como CP. A participação de cada empresa, inclusive da Afluente T, em TVM será proporcional a sua participação no fundo.

Impostos e contribuições a recuperar

A variação entre os anos de 2014 para 2015 deve-se a reclassificação da conta de INSS a compensar do ativo circulante para o ativo não circulante, acarretando um aumento do ativo não circulante e uma diminuição no ativo circulante.

A variação entre os anos de 2014 para 2013 deve-se a diversos fatores, tais como:

- Utilização de créditos de IRPJ/CSLL/PIS/COFINS, para compensação de impostos a pagar.
- Créditos de ICMS não realizados e baixados em 2014.

A variação entre os anos de 2013 para 2012 deve-se a diversos fatores, tais como:

- A variação positiva de IRRF/CSLL/PIS/COFINS/INSS retidos de clientes, serão compensados em períodos posteriores.
- A redução nos Impostos e contribuições a recuperar refere-se à reclassificação realizada em 2013, devido à entrada com códigos indevidos no SAP.
- A variação negativa nos Impostos e contribuições a recolher refere-se à redução do faturamento de serviço com a Itapebi.

Concessão do serviço público (ativo financeiro)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, e à recebíveis pela construção e operação de linhas de transmissão classificados como ativos financeiros por serem um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro, nas distribuidoras é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes. Nas Transmissoras, essa parcela é remunerada pelo juro efetivo do projeto, auferido através do método de taxa interna de retorno e mensurado através do custo amortizado.

Em 2014 a variação do Ativo Financeiro da Afluente T se deve ao fato de que a concessionária realizou 5,6 milhões em investimento no Ativo Imobilizado, 1,3 milhões menor que no exercício anterior. Tal adição é refletida no Ativo Financeiro de Longo Prazo. A TIR mensal em 2014 foi de 3,66% reduzindo em 0,56 p.p em relação a 2013, reduzindo a atualização de juros do Ativo Financeiro.

Em 2013 a variação do Ativo Financeiro da Afluente T se deve ao fato de que a concessionária realizou 6,9 milhões em investimento no Ativo Imobilizado, no entanto, tal adição é refletida no Ativo Financeiro de Longo Prazo. Outro ponto é que com a TIR mensal em 4,22% o Ativo Financeiro teve uma atualização de juros de aproximadamente 10 milhões. Vale lembrar que ao longo dos períodos o saldo referente a competência de 12 meses para classificação entre curto e longo prazo é transferido entre eles.

Passivo

Fornecedores

O aumento de R\$ 226 refere-se ao custo de prestação de serviço de O&M e engenharia com o projeto para reforço da Subestação e linha de Transmissão.

A Companhia mantém contrato de serviço de operação e manutenção com a Neoenergia O&M, empresa também integrante do Grupo Neoenergia. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía R\$ 452 de valores em aberto com a Neoenergia O&M.

A Afluente T mantém contrato de serviço de operação e manutenção com a Neoenergia O&M, empresa também integrante do Grupo Neoenergia. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não possuía valores em aberto com a Neoenergia O&M, pois foram quitados no período corrente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Empréstimos e financiamentos**

A Companhia possui contrato FINAME firmado em junho de 2010 com o BNDES e o Banco do Brasil, no valor de R\$ 4.210 mil, taxa de 4,5% a.a. Adicionalmente, a Afluente T em setembro de 2014 contraiu mais um financiamento com o BNDES através de repasse do Banco do Brasil no montante de R\$ 1.608 mil e taxa de 6% a.a. Em dezembro de 2014, a dívida bruta consolidada de Afluente T foi R\$ 4.563 mil.

Impostos e contribuições a recolher

A variação entre os anos de 2014 para 2013 deve-se principalmente ao aumento de impostos retidos na fonte ocasionado por pagamento de NF de prestação de serviços de manutenção e operação.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Saldos em 01 de janeiro de 2014	51
Declarados	15.834
Pagos no período	(15.820)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	65
Declarados	2.899
Propostos	108
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.072

Foi aprovado ATA 12/02/15 a deliberação de dividendos propostos de R\$ 108 e de destinação de mínimos obrigatórios de R\$ 2.899..

Demonstração do Resultado (Valores em R\$ mil)

	2015	AH%	AV%	2014	AH%	AV%	2013	AH%	AV%
RECEITA BRUTA	32.479	-16%	118%	38.653	-1%	112%	39.202	13%	112%
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(5.062)	26%	-18%	(4.010)	-2%	-12%	(4.075)	-35%	-12%
RECEITA LÍQUIDA	27.417	-21%	100%	34.643	-1%	100%	35.127	24%	100%
CUSTOS DOS SERVIÇOS	(15.409)	-12%	-56%	(17.607)	21%	-51%	(14.544)	40%	-41%
LUCRO BRUTO	12.008	-30%	44%	17.036	-17%	49%	20.583	15%	59%
Despesas com vendas	-	0%	0%	-	0%	0%	(817)	0%	-2%
Despesas gerais e administrativas	(785)	-70%	-3%	(2.663)	330%	-8%	(620)	-8%	-2%
LUCRO OPERACIONAL	11.220	-22%	41%	14.373	-25%	41%	19.146	12%	55%
Receitas financeiras	4.651	35%	17%	3.449	34%	10%	2.582	-15%	7%
Despesas financeiras	(473)	-2%	-2%	(484)	32%	-1%	(368)	9%	-1%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15.398	-11%	56%	17.338	-19%	50%	21.360	7%	61%
Imposto de renda e contribuição social	(2.765)	17%	-10%	(2.356)	23%	-7%	(1.919)	-12%	-5%
Corrente	(2.765)	17%	-10%	(2.356)	23%	-7%	(1.919)	-12%	-5%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	12.633	-16%	46%	14.982	-23%	43%	19.441	10%	55%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A variação no saldo do grupo de Despesas Gerais e administrativas no ano de 2015 para 2014, refere-se a conta de Auditoria e consultoria R\$ 454, conta Publicações legais R\$ 184, Anuidade Bovespa 2015 AFLT R\$ 34 e Baixa conforme levantamento do laudo RTP R\$ 18.

Receita – No exercício de 2014 ocorreram variações na Receita impactadas principalmente pelos seguintes fatos: (i) baixa do ativo imobilizado montante de R\$ 1.131 que reduziu a receita financeira da concessão em R\$ 700 até a data da baixa em abril/14; (ii) revisão do modelo de projeção do IFRIC 12, com ajustes nos investimentos entre 2014 e 2027 (final da concessão), o qual reduz o fluxo de caixa líquido projetado em aproximadamente R\$ 2.000.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 - Resultado operacional e financeiro****a. resultados das operações do emissor, em especial:****i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Valores em R\$ mil

Componentes da Receita Bruta	2015	Δ 15/14	2014	Δ 14/13	2013
Receita pela disponibilidade de Rede Elétrica (a)	25.848	-11,6%	29.240	-8,9%	32.109
Receita de Construção (b)	6.606	-29,6%	9.383	35,6%	6.920
Outras Receitas Operacionais	25	-16,7%	30	-82,7%	173
Total	32.479	-16,0%	38.653	-1,4%	39.202

Fonte: DFP

(a) Remuneração destinada pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão e, remunerar pela construção dos ativos de transmissão através receita auferida pelo cálculo de juros da taxa interna de retorno do projeto sobre saldo de ativo financeiro recebível de concessão de transmissão.

(b) Receita de construção conforme ICPC 01 corresponde a serviços e aquisições de equipamentos incorporados ao ativo de concessão no período.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Valores em R\$ mil

	2015	Δ 15/14	2014	Δ 14/13	2013
Receita Bruta	32.479	-16%	38.653	-1,4%	39.202
Deduções da Receita Bruta	(5.062)	26%	(4.010)	-1,6%	(4.075)
Receita Líquida	27.417	-21%	34.643	-1,4%	35.127
Custos e Despesas Operacionais	(16.197)	-20%	(20.270)	26,8%	(15.981)
Material	(371)	376%	(78)	-36,6%	(123)
Serviços de Terceiros	(8.509)	3%	(8.272)	10,1%	(7.514)
Taxa de Fiscalização Serviço de Energia Elétrica - TFSEE	(144)	14%	(126)	-4,5%	(132)
Arrendamentos e Aluguéis	(24)	-72%	(87)	248,0%	(25)
Tributos	(59)	-91%	(649)	1310,9%	(46)
Provisões Líquidas - PCLD	-	-100%	(65)	-92,0%	(817)
Provisões Líquidas - Contingências	-	-100%	(29)		-
Despesas de Construção	(6.606)	-30%	(9.383)	35,6%	(6.920)
Outros	(484)	-69%	(1.581)	291,3%	(404)
Total	11.220	-21,9%	14.373	-24,9%	19.146

O principal impacto no resultado de 2015 foi o início da vigência das tarifas após o processo da segunda Revisão Tarifária Periódica que iniciou em 2014 e o resultado foi publicado pela ANEEL em 16 de junho de 2015, por meio da Resolução Homologatória nº 1.899, que levou em consideração o disposto no submódulo 9.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET), que estabelecem os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos para realização do Terceiro Ciclo de Revisões Periódicas das receitas das concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica existentes.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

No exercício de 2014 ocorreram variações na Receita impactadas principalmente pelos seguintes fatos: (i) baixa do ativo imobilizado montante de R\$ 1.131 que reduziu a receita financeira da concessão em R\$ 700 até a data da baixa em abril/14; (ii) revisão do modelo de projeção do IFRIC 12, com ajustes nos investimentos entre 2014 e 2027 (final da concessão), o qual reduz o fluxo de caixa líquido projetado em aproximadamente R\$ 2.000.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A RAP – Receita Anual Permitida, prevista no contrato de concessão da Afluente T é ajustada no mês de julho de cada ano e utiliza como referência o IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas ou, em caso de sua extinção, pelo índice definido pela ANEEL.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O principal indicador de inflação que influencia as operações realizadas pela Companhia é o IGP-M, índice que reajusta as tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Valores em R\$ mil

	2015	Δ 15/14	2014	Δ 14/13	2013
Receita Financeira	4.651	35%	3.449	33,6%	2.582
Renda de aplicações financeiras	4.636	42%	3.266	26,6%	2.579
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	12	200%	4	33,3%	3
Outras Receitas Financeiras	3	-98%	179	-	-
Despesa Financeira	(473)	-2%	(484)	31,5%	(368)
Encargos de dívida	(214)	-16%	(256)	54,2%	(166)
Variação monetária	(5)	150%	(2)	-	-
Outras despesas financeiras	(254)	12%	(226)	11,9%	(202)
Resultado Financeiro	4.178	41%	2.965	33,9%	2.214

Fonte: DFP

2015

Receitas

Inflação: o IGP-M acumulado de 2015 foi de 10,54%, enquanto no mesmo período do exercício anterior o índice apresentou um resultado acumulado de 3,67%, o comportamento do índice impacta diretamente no reajuste da tarifa de fornecimento de energia elétrica da empresa e na sua receita operacional.

PIB: Um crescimento do PIB tende a refletir um aumento do consumo de energia elétrica, porém, esse não interfere na capacidade de geração de receita da Companhia essa não está exposta a demanda, pois toda sua capacidade de geração já foi contratada.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

CDI: O CDI acumulado de 2015 foi de 13,18%, enquanto o acumulado de 2014 foi de 10,77%. Um aumento de 2,41% impacta as receitas financeiras da empresa, tendo em vista que a maior parte das suas aplicações financeiras estão indexadas ao CDI.

2014

Receitas

Inflação: o IGP-M acumulado de 2014 foi de 3,67%, enquanto no mesmo período do exercício anterior o índice apresentou um resultado acumulado de 5,52%, o comportamento do índice impacta diretamente no reajuste da tarifa de fornecimento de energia elétrica da empresa e na sua receita operacional.

PIB: Um crescimento do PIB tende a refletir um aumento do consumo de energia elétrica.

CDI: O CDI acumulado de 2014 foi de 10,77%, enquanto o acumulado de 2013 foi de 8,02%. A redução 4,05% impacta as receitas financeiras da empresa, tendo em vista que a maior parte das suas aplicações financeiras estão indexadas ao CDI.

Despesas

Inflação: a inflação medida pelo IGP-M descrita anteriormente afeta diretamente os custos operacionais da empresa relacionados aos salários, contratos e demais obrigações relacionadas ao negócio da companhia.

2013

Receitas

Inflação: o IGP-M acumulado de 2013 foi de 5,52%, enquanto no mesmo período do exercício anterior o índice apresentou um resultado acumulado de 7,81%, o comportamento do índice impacta diretamente no reajuste da tarifa de fornecimento de energia elétrica da empresa e na sua receita operacional.

PIB: Um crescimento do PIB tende a refletir um aumento do consumo de energia elétrica.

CDI: O CDI acumulado de 2012 foi de 8,40%, enquanto o acumulado de 2013 foi de 8,02%. A redução 4,05% impacta as receitas financeiras da empresa, tendo em vista que a maior parte das suas aplicações financeiras estão indexadas ao CDI.

Despesas

Inflação: a inflação medida pelo IGP-M descrita anteriormente afeta diretamente os custos operacionais da empresa relacionados aos salários, contratos e demais obrigações relacionadas ao negócio da companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável. Não houve, nos últimos três exercícios sociais, aquisição ou alienação de segmento operacional que tenha causado alterações relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Não há previsão de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável. Não houve, nos últimos três exercícios sociais, constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável. Não houve, nos últimos três exercícios sociais eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Os Diretores devem comentar:

a. comentários sobre as mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros; provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisões para riscos regulatórios e trabalhistas.

b. comentários sobre os efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018) - Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iv) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.

IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018) - A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro 2018, sendo permitida adoção antecipada. O objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento da receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

IFRS 16 - Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019) - A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.

Alteração IFRS 11 Acordos conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes societárias (Vigência a partir de 01/01/2016) - A contabilização da aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta.

Alteração IAS 16 e IAS 38 Esclarecimentos de Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016.) - Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.

Alteração IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 Entidade de investimento - exceções a regra de consolidação (Vigência a partir de 01/01/2016.) - As alterações no IFRS 10 esclarecem que a isenção da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas se aplica à controladora que é uma subsidiária de uma entidade de investimento, quando a entidade de investimento mensura todas as suas subsidiárias ao valor justo. Dentre outros esclarecimentos, fica estabelecido que a entidade que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizada pelos seus investimentos.

IAS 19 Benefícios a Empregados (Vigência a partir de 01/01/2016) - Essa norma esclarece que a profundidade do mercado de títulos privados em diferentes países é avaliada com base na moeda em que é denominada a obrigação, em vez de no país em que está localizada a obrigação. Quando não existe mercado profundo para títulos privados de alta qualidade nessa moeda, devem ser usadas taxas de títulos públicos. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente.

IFRS 5 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas (Vigência a partir de 01/01/2016) - Esclarece as circunstâncias em que uma entidade mudar um dos seus métodos de alienação para outro não seria considerado um novo plano de alienação, mais sim uma continuação do plano original. Sendo que a entidade reclassifica ativos mantidos para

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

venda para ativos mantidos para distribuição a titulares (e vice-versa) e os casos em que ativos mantidos para distribuição a titulares não atendem mais o critério para manterem esta classificação.

IFRS 7 Instrumentos financeiros: Divulgações - Contratos de serviços geralmente atendem a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação. A confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atenderem às definições descritas na norma (parágrafos B30 e 42C).

Alteração IAS 1 Iniciativa de divulgação (Vigência a partir de 01/01/2016) - Tem o objetivo de esclarecer : (i) as exigências de materialidade; (ii) itens de linhas específicas nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes e no balanço patrimonial podem ser desagregados; (iii) flexibilidade quanto à ordem em que apresentam as notas às demonstrações financeiras; (iv) parcela de outros resultados abrangentes de associadas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizada utilizando o método patrimonial.

A Administração está avaliando o impacto total da adoção das normas e interpretações descritas acima.

c. comentários sobre as ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos períodos em análise, não houve ressalvas ou ênfases presentes no parecer do auditor.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**10.6 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

A Companhia não possui transações (ativas ou passivas) de natureza material, individualmente ou quando agregadas, que não tenham sido apropriadamente registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações contábeis.

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (off balance sheet items), tais como:**i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não aplicável, pois não ocorreram arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável, pois não ocorreram recebíveis baixados.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável, pois não foram celebrados contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

Não aplicável, pois não foram celebrados contratos de construção não terminada.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, pois não foram celebrados contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, pois não foram celebrados contratos que não foram evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

A Companhia não possui transações (ativas ou passivas) de natureza material, individualmente ou quando agregadas, que não tenham sido apropriadamente registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações contábeis.

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (off balance sheet items), tais como:**i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não aplicável, pois não ocorreram arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável, pois não ocorreram recebíveis baixados.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável, pois não foram celebrados contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

Não aplicável, pois não foram celebrados contratos de construção não terminada.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, pois não foram celebrados contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, pois não foram celebrados contratos que não foram evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

A Companhia não possui transações (ativas ou passivas) de natureza material, individualmente ou quando agregadas, que não tenham sido apropriadamente registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações contábeis.

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável aos itens acima. A companhia não possui itens não evidenciados nas demonstrações.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

A Afluente T investiu aproximadamente R\$ 4 milhões em 2015 em serviços e materiais para Operação e Manutenção das Subestações e Linhas de Transmissão e orçou R\$ 5,2 milhões para o ano de 2016 com o objetivo de aumentar o desempenho e confiabilidade na operação de seus ativos.

A Afluente T, em 24 de setembro de 2013 foi autorizada através da Resolução Autorizativa nº 4.347, a instalar três chaves seccionadoras, estruturas físicas e alteração de projetos para adequação de barra dupla quatro chaves da SE Brumado II 230/69 kV, localizada no Estado da Bahia, com finalidade de manter a qualidade das instalações e aumentar a confiabilidade do Sistema.

O investimento orçado foi de R\$ 1,5 milhões.

A implantação e energização das três seccionadoras foi concluída em novembro de 2015. Em 2015 foi realizado o valor de R\$ 923 mil e o previsto para 2016 de R\$ 577 mil. A Afluente T recebeu a Resolução Autorizativa nº 2.920/2011 para serviços de complementação do circuito para separar o circuito da LT 230 kV Camaçari II/ Governador Mangabeira, da CHESF, com a construção de 1,055 km de circuito duplo com um condutor por fase do tipo CAA 636 MCM GROSBEAK e dois cabos para raios por fase de aço 7,94 mm².

Estes serviços foram concluídos em 02/02/2016. O total orçado foi de R\$ 431.000,00. Foram realizados em 2015 o valor de R\$ 56.000,00 e previstos para 2016 o valor de R\$ 375.000,00.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Em 2015 a fonte de financiamento para o investimento foi por meio de capital próprio.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não aplicável. Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou desinvestimentos previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não aplicável, pois não houve a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c. novos produtos e serviços, indicando:

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

Com a criação da Lei no. 9.991, de 24 de julho de 2000, foram definidos os percentuais de aplicação e a obrigatoriedade para as Concessionárias do setor de energia elétrica a investirem em Pesquisa e Desenvolvimento – P&D. Os programas anuais de P&D podem ser constituídos de um ou mais projetos, devendo ser propostos de acordo com as instruções dispostas no Manual de P&D.

O Manual dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica foi aprovado pela Resolução Normativa da Aneel nº 219, de 11 de abril de 2006, e posteriormente alterado pelas Resoluções Normativas nº 316, de 13 de maio de 2008 e nº 504, de 14 de agosto de 2012.

Segundo o Manual, todo projeto de P&D deverá ser enquadrado em sua fase proposta para desenvolvimento dentro da cadeia da inovação, podendo ser classificada como pesquisa básica dirigida, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, cabeça de série, lote pioneiro ou inserção no mercado.

Em 2013, o Programa de P&D da Afluente T era composto por 05 (cinco) projetos iniciados no ano de 2011, executados de forma cooperada entre as empresas do Grupo Neoenergia, sendo a Itapebi a empresa proponente.

Dos projetos em andamento no ano de 2013, apenas 01 (um) estava em fase de pesquisa, sendo ele:

- PD-0453-0009/2011 - Desenvolvimento de Projeto para Aplicação de Tinta Nanotecnológica em Isoladores Elétricos, visando Mitigação de Falhas;

Este projeto foi concluído em 2013.

As informações sobre o programa de P&D estão disponíveis no “site” da empresa Neoenergia (www.neoenergia.com)

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

Em 2013, 2014 e 2015, não foram realizados desembolsos para a execução de projetos de P&D, referentes a pesquisa, pela Afluente T.iii. **projetos em desenvolvimento já divulgados;**

Dos projetos em andamento no ano de 2013, 04 (quatro) estavam em fase de desenvolvimento de produtos, sendo eles:

- PD-0453-0006/2011 - Desenvolvimento de um Protótipo Experimental de Transformador de Potência utilizando o Fluxo Magnético das Linhas de Transmissão para a Transformação de Potência Elétrica;
- PD-0453-0007/2011 - Desenvolvimento de um Veículo Aéreo Autônomo Não Tripulado para Multi-Inspeção;

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- PD-0453-0008/2011 - Desenvolvimento de módulo de secagem de transformadores energizados através de atmosfera de nitrogênio desidratado; e
- PD-0453-0010/2011 - Desenvolvimento de Óleo Nanoaditivado para Melhoria da Eficiência Térmica de Transformadores a Óleo Vegetal.

Estes projetos foram concluídos em 2013, exceto o projeto PD-0453-0010/2011 - Desenvolvimento de Óleo Nanoaditivado para Melhoria da Eficiência Térmica de Transformadores a Óleo Vegetal, que foi concluído em dezembro de 2014.

As informações sobre o programa de P&D estão disponíveis no “site” da empresa Neoenergia (www.neoenergia.com).

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Os valores investidos em projetos de P&D em fase de desenvolvimento de produtos em 2013 foi de R\$ 109.949,62.

Em 2014 e 2015, não foram realizados desembolsos para a execução de projetos de P&D pela Afluente T, apesar da continuidade de um projeto iniciado em anos anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não aplicável. Não houve outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenha sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.